

ATA DA 026ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimadas professoras, estimados professores, estudantes presentes, telespectadores da TVAL, por inúmeras vezes viemos a essa tribuna para abordar o tema educação. E defendemos sempre uma linha de raciocínio que mais do que nunca está provado que é a correta.

Anualmente temos os movimentos dos professores justos, legítimos na busca de melhor remuneração, na busca de uma melhor estrutura e qualidade para o ensino. Por outro lado, o argumento do governo é sempre a falta de recursos.

Eu tenho abordado este tema desde o primeiro dia do meu mandato. Tanto é que sou autor da primeira PEC, da primeira proposta de emenda constitucional que tramitou aqui na Legislatura passada e que tramita ainda. Trata-se da PEC 01/2011 que propõe aumentar o percentual mínimo aplicado em educação em Santa Catarina de 25% para 30%.

Já respondi inúmeras perguntas sobre isso. E a mais comum, é que se para aumentar o valor para a educação teria que diminuir em algum outro setor.

A resposta é simples: sim, vai precisar. Porque o que temos que definir é o que queremos de prioridade para Santa Catarina. E se a prioridade é a educação temos que demonstrar isso nos números, com recursos e com verbas, ou seja, na proposta orçamentária.

A Constituição Federal estabelece o mínimo de 25% para educação. Foi bom para época, hoje já é outra realidade. Esses 25% são poucos, e para v.exas. terem uma ideia, quando fui prefeito de Concórdia de 2001 a 2008, e já naquela época aplicávamos cerca de 30% do orçamento, chegamos a 31%. As demandas depois aumentaram.

Portanto, se era bom para aquela época hoje precisamos ter coragem de dizer que a prioridade precisa ser estabelecida mexendo na Constituição. Esta emenda constitucional ainda tramita aqui junto com outra emenda constitucional que também apresentei, que estabelece que aqueles valores pagos aos professores inativos, não podem ser computados no cálculo para obtenção do recurso mínimo para educação, que hoje é 25% e nós queremos elevar para 30%.

Digo isso, porque o próprio Tribunal de Contas de Santa Catarina por reiteradas vezes tem observado que incluir aqueles valores no computo dos 25% não é correto. É um valor extremamente representativo.

A mesma prática era adotada para a área da saúde, mas através de uma emenda constitucional, aprovada por esta Casa, de autoria do então deputado Dado Cherem, hoje conselheiro do Tribunal de Contas, na saúde foi proibido este

procedimento. E isto ocasionou mais recursos para a área. Para termos ideia, os dados que apresentei junto à justificativa da emenda constitucional demonstravam que em 2008, por exemplo, foram R\$ 300 milhões utilizados computados como gastos nos 25% e que não deveriam fazer parte do cálculo, ou seja, em 2008 já teríamos R\$ 300 milhões a mais.

Essa prática era assim também em 2007, que foram R\$ 327 milhões e em 2006, R\$ 434 milhões. Eu demonstrava já lá na ocasião que o valor acumulado representava R\$ 2,8 bilhões.

Quer dizer, se nós fizermos esta ação que é legal e que é jurídica, e essa emenda constitucional já teve sua admissibilidade aprovada aqui na Casa, já garantiria um recurso de cerca de R\$ 300 milhões/ano a mais para a Educação. Já dava para resolver boa parte das demandas que estão pendentes. Já que a medida provisória tida como salvadora, falava em economizar R\$ 30 milhões a R\$ 40 milhões.

Em segundo lugar, o aumento do percentual de 25% para 30% traria definitivamente no papel deputado padre Pedro Baldissera, aquilo que se tem dito no discurso, ou seja, que a educação é prioridade.

Peguei os orçamentos do estado nos últimos anos, e não só os últimos dois ou três anos, pode pegar os últimos dez, 15 anos, foram rasos 25% aplicados em educação. Ou seja, aquilo que era o mínimo, transformou-se no máximo.

Por isso, o argumento de alguns que dizem que minha emenda não é necessária, mas é sim, porque a lei fala em mínimo de 25%, mas ela tem sido usada para ser o máximo. É só pegar os balanços dos Tribunais de Contas anuais e vão ver que é raso 25%.

Por reiteradas vezes, já disse inclusive ao Sinte, aos professores, que esta deveria ser uma bandeira permanente de quem quer uma educação melhor para Santa Catarina. Agora temos uma questão imediata que é a MP que está aqui. Ao que tudo sinaliza será retirada. Temos também a discussão do plano de carreira que tem que ser feita, a descompactação da tabela, mas juntos

temos que colocar isso na pauta, senão ano que vem estaremos aqui com a mesma discussão e nos próximos anos nós ou outras pessoas, ou outros professores estarão aqui novamente com isso. Temos que ter a coragem de romper a barreira dos 25%. Essa é uma questão inclusive que entendo que as entidades representativas do magistério deveriam encampar com uma bandeira de luta permanente.

Em relação à questão específica colocada da medida provisória, é público e notório que já não há mais nenhum tipo de condição de prosseguir tramitando aqui, e sua retirada já tem sido anunciada reiterada vezes aqui. Nós entendemos que o ideal, antes de vir o projeto de lei anunciado, que se deva esgotar todos os caminhos da negociação entre governo, o magistério para de fato buscar a descompactação da tabela, buscar atender aquilo que foi objetivo quando foi instituído, inclusive um piso nacional do magistério e buscar garantir a carreira, e garantir com isso que Santa Catarina, que foi pioneira e é pioneira em tantas coisas boas e positivas nesse estado maravilhoso, seja também um dos pioneiros a colocar para o Brasil todo que Santa Catarina tem a educação como prioridade.

Para isso não tenho dúvida nenhuma, a aprovação da emenda constitucional, que tramita aqui nesta Casa, de minha autoria, elevando de 25%, para 30% os recursos para a educação é um grande passo. No mais estamos permanentemente acompanhando as conversações e buscando também de uma forma ou de outra auxiliar para que possam chegar a uma solução que de fato venha ao encontro da educação de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Manifestação das galerias.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Na sequência, inscrito para falar em Breves Comunicações, o deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, visitantes que

prestigiam este Parlamento, servidor público da educação que vem legitimamente reivindicar seus direitos e, no regime democrático, temos que admitir que a luta não pode parar e vale a pena.

Então, sintam-se à vontade na Casa do povo.

Quero fazer algumas considerações neste instante sobre um homem honrado que é catarinense, que passou por esta Casa como deputado estadual, deputado federal por cinco mandatos, prefeito por três mandatos, governador por dois mandatos e hoje é senador da república. Esse cidadão honrado se chama Luiz Henrique da Silveira.

(Manifestações das galerias)

Sr. presidente, gostaria de assegurar a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Sr. deputado Manoel Mota, a sua palavra está assegurada. E gostaria de solicitar aos professores para que tivessem respeito no momento do pronunciamento do deputado Manoel Mota.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero, sr. presidente, poder registrar nesta Casa a injustiça que foi feita na última quinta-feira, quando foi feita uma denúncia, no sul de Santa Catarina, que envolvia o nome do senador, de que ele ajudou a furar a fila do SUS para conseguir uma cirurgia para uma pessoa.

Como é que o Ministério Público pode aceitar uma denúncia dessa natureza? Dizem que essa moça fez a cirurgia no Hospital Celso Ramos, mas ela fez a cirurgia em Meleiro, através de pagamento. Então, é preciso resgatar a verdade, e a moralidade de pessoas do bem, que não podem pagar pela irresponsabilidade de algumas pessoas. Luiz Henrique da Silveira pode ter tido os seus problemas na Educação e outros, mas este é um momento que devemos respeitar um cidadão honrado.

Venho aqui para deixar este registro, porque tudo que denunciaram está aqui era invenção, inverdades. E ontem ele fez um pronunciamento com 19 senadores pedindo aparte, sendo solidários com s.exa., dizendo que estão junto para resgatar a

verdade. E a verdade está aqui, com todos esses papéis. Não houve cirurgia e ele nem sabia disso. Por isso, quero deixar aqui este registro.

Também gostaria de registrar que um cidadão araranguaense, um homem de bem, honrado, Antônio Caetano de Souza, um dos melhores farmacêuticos da história de Araranguá, acabou de falecer. É tio da minha esposa, e quero deixar registrado nosso sentimento de pesar.

Uma coisa é certa, se essa medida provisória, se ela ainda não veio aqui para ser aprovada, tem que agradecer a um partido chamado PMDB!

(Manifestação das galerias.)

Nós não estamos aqui pedindo apoio. Vocês estão expulsando aqueles que podem ajudar. Mas não tem problema! Eu tenho o maior número de mandatos na história deste Parlamento e não vou sair daqui de mal, não vou sair daqui triste.

Professores, a minha esposa é professora, a minha tia é professora, e eu parablenizo a todos pela luta, pelo trabalho. Não vou sair de mal com vocês! Mesmo por que vocês que me viraram as costas, eu estou de frente!

Um abraço!

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados, quero cumprimentar os professores e alunos aqui presente.

Primeiramente quero fazer um comentário sobre o pronunciamento do deputado Neodi Saretta. É absolutamente importante que um país como o Brasil, que é um país em desenvolvimento, que é um país pobre e com muitas dificuldades, tenha prioridades. E as prioridades de qualquer país que quer se desenvolver são focadas na área social evidentemente. É um momento que você precisa, sempre, investir mais na área social. Quando alguém tem problemas na sua casa, não vai pintar a

casa, vai ter que cuidar primeiro da saúde, da educação das pessoas.

Evidentemente que nós concordamos com a tese de que é preciso fixar mínimos, além daquele já previsto na Constituição, no art. 212, que foi do então senador João Calmon, que fixava gastos de 25% para os estados e municípios e 18% da União e na Saúde também um percentual mínimo, que nós ampliamos. Nós, inclusive, estamos apresentando uma emenda constitucional para ampliar de 12% para 15% o gasto em Saúde no estado. E nós precisamos avançar nessa questão.

Em relação à medida provisória, gostaria de colocar que nós, do PMDB, inclusive o deputado Manoel Mota, na reunião da bancada fechamos questão para votar a favor dos professores. Então, o deputado Manoel Mota também está nessa luta, mesmo que em determinados momentos se diga que não representa, é preciso que na hora da votação tenha representantes que estejam na mesma tese. O deputado está se encaminhando para votar junto com os professores.

Então, queria esclarecer isso para vocês, ou seja, que é importante ter um pouco de sintonia com a Casa, porque evidentemente precisamos trabalhar para aglutinar forças como estratégia de ação. Precisamos aglutinar forças para levantar a bandeira que vocês trazem.

Quero falar aqui sobre outra questão. O Brasil está com inúmeros problemas econômicos. A conta da luz, por exemplo, no último ano subiu mais de 60%. E nós temos uma crise de difícil solução entre os poderes. E esta crise, que é política, pode ter impacto na vida das pessoas, porque os 30% que o deputado Neodi Saretta propõe podem ser bem menos, porque 30% sobre menos é menos. Então, precisamos acertar o país.

A forma de estado do Brasil é uma federação. Uma federação muito fraca. Tenho insistido nisso, a capacidade legislativa, o poder dos estados é muito pequeno e temos que alterar isso. A nossa forma de estado é uma federação. A nossa forma de governo é uma República, não é uma anarquia.

Ninguém pensa em mudar a forma de governo. Vamos continuar república, coisa pública.

É preciso novamente ser discutido - e o deputado do PPS, Roberto Freire, está levantando essa bandeira - um possível sistema de governo parlamentarista no país. Evidentemente para alterar o sistema de governo no país é preciso de um plebiscito. O parlamentarismo é o sistema que há na Europa nos países que se desenvolveram. A grande vantagem é que permite que as crises sejam solucionadas com facilidade. Quando se tem um mandato por tempo fixo, e agora se fala em aumentar para seis anos, isso engessa muito, porque se o governo está ruim é preciso esperar muito tempo para mudar. Não há mecanismos de descompressão.

Então, o sistema parlamentarista permita que haja mecanismos de descompressão. Quando há uma crise, pode-se alterar o governo, e isso facilita a negociação para que as coisas avancem. E as crises vão ser muitas. Neste ano as crises vão aumentar. Os poderes não se entendem. A arrecadação está diminuindo, a inflação está aumentando. A inflação do mês de março é a maior dos últimos dez anos. Por mais que tenhamos vozes muito otimistas, e, aliás, dizia o Barão de Itararé, que um otimista na verdade é um pessimista mal informado. Se pegarmos as informações sobre o que está acontecendo, veremos que há problemas. E a deputada Ana Paula Lima até deu um sorriso. Entendemos que o PT tem que defender o governo, mas há problemas. Temos que achar mecanismos para avançar. Precisamos investir na área social, mas é preciso mecanismos para descomprimir situações específicas.

Por exemplo, não concordo com a tese, que se fala aqui, de coincidência das eleições, sob a argumentação de que vai sair mais barato. Em qualquer país do mundo as eleições são descoincidentes. Os congressos se renovam a cada ano e para justamente quando houver uma crise o povo trocar os políticos. A cada ano troca uma parte e as coisas vão melhorando. Uma eleição conjunta pode ser uma tragédia para o país. Em

cinco anos um país pode ser destruído por um mau governo.

A lei não pode ser feita para os políticos, mas para o povo. Nos Estados Unidos as eleições acontecem numa terça-feira que não é feriado, o voto não é obrigatório e as pessoas vão votar. Então, é preciso modificar o sistema. Como esse debate vai começar e para discutir qualquer mudança de governo tem que haver consulta popular, temos que nesta Casa começar a discutir esse assunto.

Por isso, como o presidente desta Casa já falou, é provável que esta medida provisória seja retirada. A tese do deputado Neodi Saretta é importante: se o governo apresentar uma proposta de reforma, um projeto para a educação, primeiramente tem que negociar com a categoria. Não precisa me convencer, convença os professores, pois já estou convencido.

(Palmas)

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Gostaríamos de cumprimentar o presidente da Câmara Municipal de Mirim Doce, André Luiz Alves de Jesus; o sr. Nerci Maciel dos Santos, vereador do município de Mirim Doce.

O próximo orador inscrito é a deputada Luciane Carminatti, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

(Palmas das galerias)

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Boa-tarde a todos os professores e professoras.

(Palmas das galerias)

Quero cumprimentar os srs. deputados e sras. deputadas, o sr. presidente. Eu vou me manifestar primeiramente sobre a MP n. 198 e, posteriormente, sobre o PL n. 4.340, que atinge os trabalhadores brasileiros e que tem uma gravíssima consequência para as relações trabalhistas.

Em primeiro lugar a MP n. 198, sobre a qual hoje ao meio-dia dei algumas entrevistas manifestando a nossa preocupação. E qual é a preocupação? Eu espero sinceramente que o governo,

e peço que os deputados da base governista levem essa preocupação ao governador, não transformem apenas a forma e mantenham o mesmo conteúdo, ou seja, ao invés de uma medida provisória venha para esta Casa um projeto de lei mantendo a discriminação entre contratados, os efetivos e os aposentados, dividindo a categoria colocando um professor contra o outro e não assumindo que efetivamente, hoje, o governo já tem condições financeiras de melhorar a carreira do Magistério.

E eu digo isso com muita tranquilidade porque nós temos discutido esse assunto, no mínimo nos últimos quatro anos, acompanho esse debate e nós denunciemos por diversas vezes, inclusive com o próprio Tribunal de Contas do estado que denuncia a não aplicação dos 25% na educação com a criação do Fundo Social e do Ceitec, que retirou somente de 2008 a 2012 cerca R\$ 2 bilhões da educação catarinense. É praticamente meio Fundeb ano, se esse meio Fundeb ano fosse aplicado na carreira nós não precisaríamos receber uma medida provisória que retira R\$ 40 milhões dos salários dos professores ACTs.

Então, eu quero dizer com isso que espero sinceramente que o governo queira acabar com o achatamento, melhorar o salário dos aposentados, efetivos e ACTs, incentivando a habilitação, o tempo de serviço e a qualificação dos profissionais. E que junto com isso dê mais uma demonstração, aprove um projeto de lei de nossa autoria que está aqui, na Casa, tramitando, que trata da gestão democrática da educação com efetiva participação dos trabalhadores em educação, da comunidade escolar, ou seja, de pais, professores e alunos.

Assim, nós queremos uma carreira, e queremos gestão democrática da educação, porque o diretor de escola se engana quando pensa que tem que ser o braço do governo na escola, se o governo é bom não precisa ter um cabo eleitoral na escola, se o governo é bom, se a educação é decente, democrática e justa o diretor de escola é um aliado da comunidade escolar. É isso...

(Manifestação das galerias)

Então, entendo que outra pauta é a gestão democrática. E a outra pauta que é muito importante, o deputado Neodi Saretta falava aqui dos números da educação e dos 15% para 30%, mas quero dizer que nós iremos ter um dinheiro novo na educação, que são os *royalties* do pré-sal. A estimativa é o incremento de 40% dos recursos hoje existentes na educação brasileira nos próximos dez anos.

O que é que nós queremos? Nosso projeto de lei diz que esse dinheiro que já está sendo depositado numa conta separada em nível nacional, só que nós não temos ainda a regulamentação do repasse, uma das formas é o FPE e está se discutindo isso pelas faixas do número de habitantes. Mas nós entendemos que o recurso que Santa Catarina receber - e eu disse para o secretário isso, pedi apoio inclusive ao secretário a respeito do nosso projeto - é que todo dinheiro novo que venha para a educação vá para uma conta separada, não misturada com 25%, não misturada com Fundeb, não misturada com salário educação. Esse dinheiro novo tem que ir só para carreira, vencimento e salário.

(Manifestação nas galerias)

Se nós conseguirmos carimbar e não misturar esse dinheiro significará que a prioridade será o professor valorizado. Então, eu quero fazer esse pedido aqui e nós esperamos que hoje às 16h na Ordem do Dia o presidente ou o líder do governo finalmente e definitivamente o diálogo, deputado Kennedy, zerado. Vamos começar do zero. E como falou muito bem o deputado Fernando Coruja as duas partes numa negociação professora e dirigente Ana Júlia, em nome de todos os dirigentes do Sinte e dos coordenadores, numa negociação as duas partes tem que negociar. E nós sabemos que numa negociação os dois têm que ceder um pouquinho e isso é natural da negociação, mas o fato é que hoje o governador não está negociando porque não apresenta nenhuma contraproposta.

Então, eu quero pedir aqui primeiro sinal de querer diálogo e a negociação zera com o sepultamento da Medida Provisória n. 198. E eu espero que a partir da semana que vem o governo

estabeleça uma mesa de negociações, como gente grande, como gestor público e chame o sindicato que representa os trabalhadores para começar a discutir o tão falado anteprojeto. Nós não entendemos por que anteprojeto. Bem espero que quando venha para cá ele já seja um projeto de lei e construído com as duas partes envolvidas.

Então, quero deixar aqui o meu recado ao governo e fazer esse pedido também para que nós possamos terminar esse assunto, zerar a Medida Provisória e restabelecer o processo de diálogo e negociação. E aqui na Assembleia tenho certeza de que a grande maioria dos deputados hoje desejam e querem isso.

Eu quero também me manifestar sobre a votação no Congresso Nacional em relação ao Projeto de Lei n. 4330. O que diz esse projeto de lei? Ele permite a terceirização em qualquer tipo de atividade e empresa privada, pública e de economia mista. O que muda em relação a hoje? Atualmente a terceirização é somente permitida para as atividades meio. O que são essas atividades meio? Limpeza, telefonia, prestação de serviço, recepção, segurança, informática e assim por diante.

O que agrava em relação a hoje é que quando um trabalhador é contratado para prestar serviço ele não tem mais a cobertura da CLT que garante os direitos que exigiram da classe trabalhadora muitos e muitos anos de luta. Com a lei da terceirização não há vínculo empregatício entre a empresa contratante e os trabalhadores.

A pergunta é: a quem cabe pagar as férias, o atestado médico, a licença maternidade? E se a empresa que emprega o trabalhador fechar? A empresa contratante poderia ser acionada diretamente pelo trabalhador terceirizado, mas apenas quando não fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas pela contratada, como pagamento de salários, hora extra, décimo terceiro, férias, entre outros.

E como fica a representação e a organização sindical? Passaria a ficar a cargo da categoria da empresa contratante? Ela vai representar os

trabalhadores? No setor bancário, por exemplo, o terceirizado não será representado pelo sindicato dos bancários, ou seja, não usufrui dos direitos conquistados pelos trabalhadores bancários. Ganha quem? Ganha o sindicato patronal, pois o trabalhador terceirizado está atrelado a sindicatos com menor representatividade e poder de negociação.

Então, não tenho dúvida que a terceirização prejudica os direitos trabalhistas, as condições de trabalho e vai cada vez mais precarizar os trabalhadores. Por isso, somos contra o Projeto de Lei n. 4330. Esperamos muito que este projeto não seja aprovado, pois prejudica ainda mais as relações trabalhistas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são reservados ao PSD.

(Pausa)

Na ausência de oradores do PSD, os próximos minutos são reservados ao PMDB.

(Pausa)

Na ausência de oradores do PMDB, os próximos minutos ao bloco Frente Renovação.

(Pausa)

Na ausência de oradores do bloco Frente Renovação, os próximos minutos são reservados ao PT.

Com a palavra a sra. deputado Ana Paula Lima, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sra. deputada Luciane Carminatti, srs. deputados, representantes do Magistério Catarinense que se encontram nesta Casa, reivindicando uma luta antiga e contra a MP n. 198, alunos que também estão presentes neste Parlamento, meu sorriso é para discordar do Barão de Itararé quando disse que "o otimista é um pessimista desinformado". Acredito que não é isso que os professores estão fazendo aqui com otimismo, com luta, com garra, tentando reverter

essa situação juntamente com os parlamentares desta Casa sobre a questão da MP n. 198. Paciência tem limite, essa luta não é de agora, é antiga, principalmente depois do piso nacional do Magistério, que sempre debatemos e queremos que este piso seja incidido em cima da carreira do Magistério.

(Passa a ler.)

"Educação deve ser prioridade. Educação não é gasto. Educação é investimento. O que temos visto no nosso estado são escolas sucateadas, salas de aula lotadas com o número de alunos acima do permitido por lei, num claro desrespeito à comunidade escolar.

Mas o descaso não para por aí. Estende-se na desatenção, no pouco caso e na ausência total de vontade política em relação ao magistério e à greve na educação estadual.

A Medida Provisória n. 198, foi um erro e ao mesmo tempo uma traição ao Magistério Catarinense que iniciava um processo de negociação com o governo. Foi isso que acordamos nesta Casa e também através do sindicato com o secretário estadual de Educação.

A Medida Provisória n. 198, discrimina uma parcela de professores Da rede estadual à medida que propõe transformar professores contratados em professores horistas, que já nós posicionamos contra."

O governo do estado precisa entender que professor é professor, como diz o deputado Fernando Coruja. Não existe professor de segunda categoria. Professor é professor, e tem que ser respeitado como tal. Só há uma saída para o impasse e que isso já está se ventilando nos corredores dessa Casa, já falado aqui pelo presidente a Assembleia legislativa, a retirada da Medida Provisória n. 198, e que nós esperamos que no dia de hoje esse momento seja concretizado.

Agora, preciso deixar claro, sr. presidente, que a retirada da Medida Provisória n. 198, é uma vitória, sim, do magistério catarinense, que veio aqui a essa Casa, que teve vigília aqui nesta noite, que a todo o momento vem falado com a

comunidade escolar, com pais e com alunos, e que colocou um freio numa atitude autoritária do governo que visava dividir e fragmentar a categoria.

Também é preciso deixar claro que a reirada dessa medida provisória não encerra a luta do Magistério catarinense. Nós temos muita coisa. Não adianta ele tirar a MP e vir aqui, como falou a deputada Luciane Carminatti, com um projeto de lei com o mesmo teor, com o mesmo conteúdo da Medida provisória 198. Os professores querem um plano de carreira que valorize o magistério no seu conjunto e que conserte anos causados pelo governo do estado e os danos causados pelo governo do estado no seu plano de carreira que achatou os salários na maioria da categoria.

Nós assistimos ontem, quando o deputado Rodrigo Minotto, colocou na tela desta Casa a conferência realizada pelo secretário de estado da Educação com as gerências regionais e com os diretores de escola. Ele apelou e apelou feio! Lamentável as declarações do secretário Eduardo Deschamps. Lamentável as ameaças feitas aos diretores e professores efetivos em estágio probatório, e também lamentável as ameaças que fez aos professores ACTs.

Declarações como essas em nada contribuem a não ser para o acirramento dos ânimos em momentos que estamos em greve, o magistério está em greve. O governo do estado precisa abrir um canal de negociação, por isso estamos trabalhando desde o primeiro momento com o magistério.

O primeiro passo é a retirada da medida provisória, o segundo passo é estabelecer as negociações imediatamente. E o estado disse que tem recursos para o plano de carreira, se isso é verdade deixe a categoria decidir a melhor forma de aplicar esses recursos que o estado está dizendo que tem. Ou será que o único recurso é o da medida provisória que retira os R\$ 40 milhões de salários dos professores contratados em regime temporário. E se for isso realmente a situação fica, srs. parlamentares, insustentável.

Outro erro do governo do estado é chamar como aconteceu no dia de hoje, os deputados da base de governo para apresentar um plano de carreira ao magistério para discutir outro projeto. Ele devia, sim, chamar a categoria, porque acho um absurdo chamar os deputados da base de governo. Esta Casa é composta por 40 parlamentares, homens e mulheres, mas ele deveria chamar o sindicato para fazer, sim, essa discussão sobre o plano de carreira do magistério, que estávamos esperando desde o ano passado, ano retrasado, que era isso que tínhamos admitido. Quem tinha que ser chamado à mesa de negociação não eram os deputados da base do governo, mas, sim, o Magistério catarinense.

Sr. governador, de nada adianta encaminhar à esta Casa um projeto de lei, ou essa medida provisória, que não seja do Magistério catarinense. Por isso, sei que já temos um número razoável de deputados que já se manifestaram contrário a Medida Provisória n. 198, e também a projetos de leis com o mesmo conteúdo da MP 198, e a única saída é o governador do estado chamar a categoria para uma negociação para depois nós aprovarmos nesta Casa o que essa categoria tem de direito.

Muito obrigada!

(Manifestações das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) -

Não há mais oradores inscritos no horário dos Partidos Políticos.

Esta Presidência, de acordo com as normas regimentais, suspende a presente sessão até às 16h, para a deliberação da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -
(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

As Mensagens n.s: 0056/2015, 0057/2015, 0059/2015, 0060/2015, 0061/2015, 0062/2015, 0063/2015, 0064/2015, 0066/2015, 0070/2015, 1589/2014, 1590/2014 e 1591/2014 serão inclusas na pauta da próxima terça-feira.

Esta Presidência, conforme havia dito ontem, a partir desse momento, vai submeter ao Plenário a Medida Provisória n. 198, que fixa a remuneração básica do professor admitido em caráter temporário e estabelece outras providências.

Consulto o líder do governo se a matéria vai à votação ou será dado outro encaminhamento.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, a Medida Provisória n. 198, diante de alguns debates que houve junto com os parlamentares bem com a entidade de classe e os próprios professores, e nós, no decorrer deste período, também fomos buscando uma solução para o caso, entendemos que inicialmente esta medida provisória tinha como seu objetivo principal criar o pressuposto para que o governo enviasse a esta Casa o projeto de lei de reivindicação, já desde 2009, que é a chamada descompactação, e que é uma grande reivindicação da classe, meritória e justa.

Portanto, como a medida provisória não está conseguindo tramitar nesta Casa por vários entendimentos e por várias manifestações, no período de hoje à tarde o sr. governador do estado comunicou que emitirá outra medida provisória revogando a medida provisória que está nesta Casa. Portanto, sr. presidente, no dia de hoje e de amanhã será oficializado, publicado no Diário Oficial emissão de nova medida provisória revogando a Medida Provisória n. 198.

Portanto, a partir deste instante, se v.exa. assim entender, ela deixa de tramitar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Informo aos srs. deputados que a revogação da medida provisória é o procedimento adequado, que tem o mesmo efeito da retirada. Não pode o governo retirar da tramitação. Ele que editar medida provisória revogando os atos dela até então.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero reforçar o procedimento processual, que é exatamente este. Trata-se, então, de uma nova medida provisória que suspende os efeitos da Medida Provisória n. 198. Eu quero aqui reconhecer que o Magistério catarinense mostra força e vitória neste momento. Portanto, a organização dos trabalhadores em educação e também a sensibilidade dos parlamentares que fizeram essa tratativa junto ao Poder Executivo. Mas quero solicitar que o novo projeto de lei que virá a esta Casa seja de fato construído e discutido com os profissionais da Educação, através do sindicato dos trabalhadores em educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está encerrada a discussão da matéria. A matéria deixa de tramitar e aguarda revogação que será feita pela edição de uma nova medida provisória.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o deputado Natalino Lázare, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente e srs. deputados, os jornais têm falado a respeito do aproveitamento do carvão e da biomassa para a geração de energia. Lamento que não esteja sendo discutido também outro potencial energético que temos, ou seja, a geração de energia gerada por dejetos, um assunto que já levantamos desta tribuna alguns dias atrás.

O meio-oeste e o grande oeste catarinense notadamente são um grande produtor de suínos, de aves. Ao mesmo tempo, a questão dos dejetos traz grandes problemas para o meio ambiente e não raras vezes realmente prejudica a questão ambiental e a própria saúde pública. Através da assessoria de gabinete, estamos levantando um estudo a esse respeito e há possibilidade, sim, do aproveitamento dos dejetos de animais, especialmente dos suínos, para geração de energia elétrica ou biogás.

Por isso, apresentamos uma proposta, que foi tratada na reunião de hoje na comissão de Agricultura, no sentido de criar um programa

catarinense de agroenergia, aproveitando os dejetos de animais para a geração de energia elétrica. Como consequência haverá um ganho na questão ambiental, na saúde pública e transformaremos um problema, que são os dejetos de suínos, em potencialidade econômica, com a geração de energia elétrica do próprio gás. Assim, o agricultor pode ter a chance de melhorar a sua renda com um ganho proveniente de algo que é um problema. A Copel absorve a energia elétrica proveniente do biogás. Há cases de sucesso, que já visitamos.

A minha intenção é que se crie um programa estadual de bioenergia, porque essa questão na minha concepção precisa de mais incentivos. Precisamos de recursos evidentemente para que possamos aumentar o potencial que existe em favor desse projeto.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado, não poderia deixar de me juntar ao seu pronunciamento, que é um deputado novato, que já foi prefeito, secretário regional no meio-oeste, presidente da Fecam e tem uma ampla ficha de serviços prestados ao povo catarinense. Trata-se de uma necessidade premente, prioritária na busca de alternativas de energia limpa e, sobretudo, do biogás.

Nós sabemos que há iniciativas de sucesso em Santa Catarina, parece-me que em Pomerode tem um case de sucesso, internacional, promovido por uma empresa alemã e o v.exa. tem total razão, nós temos o dever de reutilizar os dejetos e todo tipo de lixo para transformar em energia limpa, sobretudo porque estamos vivenciando uma crise da nossa matriz energética, que é hídrica.

Parabéns, deputado Natalino Lazare, e quero me juntar ao seu pronunciamento e a suas ações.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPTUADO NATALINO LÁZARE - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Concedo um aparte ao deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Natalino Lázare, queria parabenizá-lo pelo assunto e até dizer que v.exa. pode ajudar bastante, eu já estou trabalhando há algum tempo para nós trabalharmos o plano estadual de gerenciamento de resíduos sólidos e precisamos entrar nessa área.

Ainda, hoje, tive uma reunião com o presidente da Celesc para falarmos sobre essa questão, a produção de energia através dos nossos resíduos. E o nosso estado é muito rico e cada região produz um tipo de resíduo e que parte desse resíduo pode virar energia.

Eu aprendi muito sobre isso quando mudei o conceito de lixo para resíduo. E nós colocamos muito dinheiro fora, possibilidade de empregabilidade por conta deste assunto que nós ainda não aprendemos a tratar como deveria ser tratado, que é a questão do gerenciamento de resíduos sólidos.

Parabéns por esse seu projeto e eu o convido a participar, já que tive uma reunião com o deputado Carlos Chiodini na secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, e estávamos trabalhando em conjunto para criarmos aqui o nosso plano estadual de resíduos sólidos, inclusive com essa questão do biogás.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Muito obrigado pelo aparte deputado Kennedy Nunes.

Aliás, esse é um assunto que nós tratamos de manhã na nossa comissão de Agricultura e Política Rural, que será mais bem tratado dentro da nossa comissão e esse programa terá êxito evidentemente se ele tiver a participação decisiva na elaboração estratégica por parte do governo do estado, da secretaria de Agricultura e da Pesca.

Também, já conversei com o presidente da Celesc, sendo que querem receber qualquer tipo de geração de energia, porque a Celesc é compradora de energia, na verdade não produz energia. Assim, nós temos um enorme potencial pela frente e esse problema pode se transformar uma solução.

Por isso, quero deixar registrado aqui que a comissão de Agricultura e Política Rural vai encampar esse projeto, este parlamentar vai, com certeza, defender essa ideia em nível governamental. Estamos estudando profundamente esse assunto, estamos indo em busca de alternativas, de ideias, em casos de sucessos envolvendo não apenas resíduos de suínos, mas todos os resíduos. Imaginem os resíduos provenientes do lixo doméstico, isso tudo pode ser transformado em bioenergia, em biogás. Então, estamos jogando fora, na atmosfera, criando problema ambiental, quando nós poderemos transformar isso em solução.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - O próximo orador inscrito é o deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital, quero aqui parabenizar e dar apoio ao nobre líder, deputado Silvio Dreveck, por essa liderança que tem feito. Isso é uma postura própria do deputado Silvio Dreveck de tratar as coisas com muita responsabilidade, dando tempo ao tempo, por isso deixo registrado o nosso apoio, nosso apreço, sobre a maneira como ele tratou junto ao governo e, agora, fazendo esse procedimento correto, que é a emissão de uma nova medida para tirar o valor da medida provisória agora em discussão

Mas gostaria de seguir deputado Natalino Lázare, pois tenho feito na minha região que é a região de Joinville visitas as obras que o governo do estado está fazendo, porque a nossa função de deputado é legislar, ou seja, criar leis e fiscalizar o Executivo deputado Mario Marcondes que preside essa sessão. E nessa fiscalização do Executivo nada melhor do que irmos verificar as obras *in loco*. E é claro que eu por ser jornalista eu tenho essa mania de ir lá, de fazer. E eu uso a minha profissão, da qual eu tenho muito orgulho, e

ontem foi comemorado o nosso dia, para que nós possamos fazer esse tipo de ação.

Já rodei aqui algum trabalho produzido pela minha própria equipe, pela minha assessoria de obras em escolas, mas hoje eu queria trazer sr. presidente se v.exa. permite, um vídeo de uma obra que vai ligar Joinville a Araquari desafogando a nossa rodovia que passa pelo bairro Itinga em direção as praias.

Nós temos muito trânsito naquela rodovia, que é da Rua Waldomiro José Borges chegando até a rodovia 280 e precisamos criar alternativas. E uma das grandes e velhas reivindicações da comunidade de Joinville era que o governo do estado pavimentasse uma rua chamada Rio do Morro que liga o bairro Paranaguamirim até Porto Grande.

E eu nessa segunda-feira fiz esta visita lá com o técnico do Deinfra, o diretor de obras do Deinfra acompanhando, conversando com as pessoas que estão trabalhando, o responsável pela fiscalização da obra e acompanhando. E eu tenho certeza de que essa é mais uma obra que o governo do estado está fazendo na região de Joinville que vai beneficiar muito não só na questão do trânsito, mas principalmente no desenvolvimento da região.

Joinville e Araquari por um tempo se emendaram na região do Ana Júlia, Estêvão de Matos. Como na época nós tínhamos um plano de uso de solo e principalmente uma lei de ordenamento territorial muito forte o que aconteceu? Os empresários, deputado Mario Marcondes, da área de venda de terrenos das imobiliárias começaram a comprar terras no município de Araquari, fazer loteamentos, rasgavam ruas, vendiam a preços populares e Joinville começou a ter que ficar com essa herança maldita sem nenhum tipo de preparação, até o ponto que Joinville teve que adotar parte do Ana Júlia que hoje é de Joinville e antes era de Araquari.

E agora a tendência, pelo grande *boom* de desenvolvimento que Araquari está tendo, Joinville começa a fazer a união pela zona sul de novo. Ou

seja, da zona de Araquari para cá, de Porto Grande e de Joinville para lá, através de Paranaguamirim.

Solicito à assessoria que exiba o vídeo que fiz de fiscalização da obra de pavimentação da Rua Rio do Morro.

(Procede-se à execução do vídeo.)

Quero, mais uma vez, agradecer ao governador Raimundo Colombo por estar fazendo este investimento em Joinville. Essa obra será de extrema importância e ajudará o trânsito local, porque muita gente que está no extremo da zona sul da cidade ao ir para as praias precisa passar por Petrópolis, pegar o eixo de acesso sul e agora vai poder ir direto saindo em Araquari.

Vamos continuar acompanhando esta obra para que não tenha qualquer tipo de paralisação e que seja entregue o mais rápido possível para nossa comunidade.

O Sr. deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. deputado Natalino Lázare - Parabenizo v.exa. até pela inovação, pois acho que deu um grande exemplo para todos nós, pois a função do deputado também é de fiscalizar, evidentemente e v.exa. exerceu esse papel.

Mas sua modéstia não permitiu dizer que provavelmente o autor desta indicação é de v.exa. Por isso, meus parabéns!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Espero que todos possamos fiscalizar o que acontece em nossas regiões, porque muitas vezes o que falta para um governo é a comunicação. E nós podemos fazer isso. Muitas coisas estão sendo feitas em Santa Catarina e precisamos mostrar aqui.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Registro a presença neste Parlamento na tarde de hoje do suplente de deputado do PR, nosso amigo Verka, da querida cidade de Mafra.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero deixar registrada a satisfação de ver o governo retirar a MP n.198, pois temos uma profunda contradição com esta proposta da Medida Provisória que está tramitando nesta Casa e esperamos que não venha da mesma forma como tramitou nesta Casa em projeto de lei.

Deputado Silvio Dreveck, parabéns a v.exa., pela condução deste trabalho até aqui. Esperamos que a partir do momento que venha a medida provisória, ou melhor, um projeto de lei e que de fato se construa um debate, um diálogo feito anteriormente para não trazer aqui para dentro, como eu dizia em outro momento, esta bomba que foi esta medida provisória que tirava direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Quero aqui também registrar, já falei ontem do microfone de aparte, outra grande conquista dos nossos agricultores e agricultoras do Brasil, especialmente da agricultura familiar, que foi a edição da Medida Provisória n. 673, de 31 de março, agora deste ano, assinada pela presidente Dilma Rousseff, que trata do fim dessa polêmica, aprovada no Conselho Regional de Trânsito, sobre o emplacamento das máquinas agrícolas.

Fez-se muito barulho, muitos discursos, sr. presidente, sobre essa questão e já foi feita no ano passado uma medida provisória idêntica, pela presidente da República, e o Congresso Nacional não votou no prazo, e ela perdeu a sua validade.

Portanto, a presidente no dia 31 de março, novamente assina essa medida provisória, publicada no Diário da União, que deixa livre o emplacamento das máquinas, somente máquinas que trabalham em rodovias, em recapeamento, em construção de asfalto precisam ter esses emplacamentos. Mas a máquina agrícola que trabalha nas propriedades não há essa necessidade.

Então, essa é mais uma importante conquista para a nossa agricultura familiar, e entendemos também que não há a necessidade do emplacamento dessas máquinas. A medida provisória diz que a máquina precisa ter um registro, e esse registro será feito a partir do dia 1º de janeiro de 2016. Então, a partir de janeiro do ano que vem todas as máquinas vendidas precisam ter um registro inicial e depois não precisa ter mais a sua documentação.

Gostaria também de justificar a minha ausência na reunião da comissão da Agricultura, que tratou de vários temas, inclusive, propostas de nossa autoria, como o programa de recuperação das estradas, o tema da alimentação escolar, porque nós estivemos na Casa Civil, numa audiência com o secretário Nelson Serpa, com o secretário adjunto Airton Spies, da Agricultura e com o secretário da Educação, discutindo temas relacionados à luta das organizações da agricultura familiar e camponesa, quando os movimentos entregaram a sua pauta. Hoje, há um processo de negociações, então participamos dessa reunião pela manhã.

Gostaria de terminar a minha fala, sr. presidente, registrando o nosso repúdio da forma com que o Congresso Nacional, que o presidente Eduardo Cunha, ontem empurrou de goela abaixo à classe trabalhadora, que foi uma grande derrota a aprovação do Projeto de Lei n. 4330/2004, de autoria do deputado Sandro Mabel, do PMDB de Goiás, que cria uma legislação paralela à CLT, e permite o processo avançado de terceirização, inclusive, não só como era permitido hoje por lei em atividades meio, mas em atividades fins também.

Então, não aceitamos este projeto de lei que legaliza a contratação de prestadoras de serviços para executar em atividades fins nas empresas. Atualmente a utilização de mão de obra terceirizada está restrita a atividades meio, como serviços de manutenção de equipamentos, vigilâncias e outros. A proposta também livra a empresa contratante de qualquer responsabilidade com os direitos dos funcionários das prestadoras de serviços.

Atualmente, a legislação exige que a contratante arque com os encargos trabalhistas dos trabalhadores, caso a empresa terceirizada deixe de pagar esses direitos.

"O projeto, na verdade, cria uma via paralela à CLT. De uma hora para outra, uma empresa para fugir de impostos e tributos pode optar por contratar exclusivamente pelo mecanismo de terceirização", ressaltou Lindbergh Farias.

Um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese, em parceria com a Central Única dos Trabalhadores, registra que, em média, um trabalhador terceirizado trabalha três horas a mais por semana e ganha 27% menos que o empregado direto contratado pelas empresas.

Então, isso mostra o que foi aprovado ontem no Congresso Nacional. Nós entendemos que houve um grande ataque aos direitos trabalhistas, à CLT com a aprovação deste Projeto de Lei n. 4.330/2004.

Por isso, nossa posição contrária é justamente que os grandes ajustes deste dia como os fiscais, econômicos, precisam ser feitos, avançando inclusive no pagamento de tributos por grandes fortunas neste país, mas não é possível que mais uma vez os trabalhadores paguem a conta!

A nossa luta é por um salário mínimo valorizado, pela valorização do trabalhador, inclusive para que possa produzir e trabalhar melhor na sua empresa, pelo piso mínimo regional que seja valorizado para criar justamente uma perspectiva econômica valorizada no estado e em nosso país.

Por isso, nós entendemos que este Projeto de Lei n. 4.330/2004, aprovado ontem na Câmara, com Casa fechada inclusive, numa ação arbitrária da polícia legislativa fazendo com que todos os trabalhadores não pudessem participar desse debate, numa aprovação que mexe na vida de milhões de trabalhadores e trabalhadoras do nosso país, reduzindo direitos e perdas com certeza, conforme dados levantados pelo Dieese, contratado pela Central Única dos Trabalhadores que diz muito

claro: um trabalhador terceirizado trabalha 3 horas a mais por semana e ganha 27% a menos do que os trabalhadores contratados diretamente pelas empresas.

Então, esse é um dos impactos trazidos por esse projeto de lei, ontem, aprovado de forma arbitrária, como eu já dizia, de goela abaixo para os trabalhadores, sem respeitar, sem ouvir as centrais sindicais neste momento.

É lamentável que o Brasil que vem num rumo de valorização do trabalho, valorização do salário, valorização dos trabalhadores, que manteve a nossa economia de pé, que deu poder aquisitivo ao salário mínimo, o maior dos últimos 52 anos, no mês de janeiro, precisamos seguir nesse mesmo caminho.

Agora, projetos como esse muda a lógica do jogo, traz perda para os trabalhadores, precária os direitos trabalhistas do nosso país. Isso precisa ser denunciado! Os deputados que votaram favoráveis, com certeza, precisam ser denunciados pelos nossos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país que tiveram justamente respondendo aos seus financiadores, aos seus doares de campanha, dando esta resposta na votação na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.